

FORMAÇÃO INTER/MULTICULTURAL: COMO PODE CONTRIBUIR PARA UMA PRÁTICA MAIS ASSERTIVA EM SALA DE AULA?

INTER/MULTICULTURAL EDUCATION: HOW CAN IT CONTRIBUTE TO A MORE EFFECTIVE CLASSROOM PRACTICE?

Ereni Radeck¹

Resumo: Introdução: A reflexão acerca das possibilidades e desafios interculturais encontrados no trabalho pedagógico dos professores integradores, mais especificamente ao atendimento dos alunos do ensino médio, remete-nos aos estudos que buscam fatos que estão interferindo, ou modelos pedagogicamente ultrapassados que estão sendo seguidos. Este artigo apresenta uma contribuição para o estudo da formação intercultural de professores, visando aprimorar o conhecimento por meio da revisão bibliográfica sobre a relevância das concepções culturais. Além disso, busca inovar e propor novos modelos pedagógicos para enfrentar os desafios da interculturalidade, tanto no comportamento quanto na prática profissional dos professores integradores. Objetivo: abordar os desafios interculturais presentes no contexto da educação inclusiva, especialmente no atendimento aos alunos com deficiência. Este texto fundamenta-se em pesquisas de autores que contribuem para a compreensão teórica, auxiliando na prática aplicada em sala de aula. A pesquisa tem como foco principal responder à questão: de que forma a formação intercultural contribui para a prática pedagógica, considerando as políticas públicas? Resultados: Por meio de estudos, projetos, reflexões e pesquisas, é evidente que o debate sobre a formação intercultural está ganhando destaque nas sociedades latino-americanas. Diante desse cenário, é fundamental promover intervenções que assegurem que as iniciativas políticas dos governos e da comunidade acadêmica, ao propor cursos de licenciatura, promovam uma edu-

¹ Graduada em Letras, Pós graduada em Formação e Desenvolvimento do Hábito da Leitura e em Educação Financeira, Mestre em Educação, Doutoranda em Educação.

cação intercultural crítica capaz de intervir na transformação e construção da sociedade. Conclusão: Necessita-se, portanto, de recursos pedagógicos, formação para professores de que se possa atender melhor os alunos e conexão com a aprendizagem, além de avaliar as crianças com propriedade.

Palavras-chave: Professores; formação; Interculturalidade.

Abstract: Introduction: Reflection on the possibilities and intercultural challenges encountered in the pedagogical work of integrating teachers, specifically in the assistance provided to high school students, leads us to studies that seek to identify interfering factors or pedagogically outdated models being followed. This article presents a contribution to the study of intercultural teacher education, aiming to enhance knowledge through a literature review on the relevance of cultural conceptions. Furthermore, it seeks to innovate and propose new pedagogical models to address the challenges of interculturality, both in the behavior and professional practice of integrating teachers. Objective: To address the intercultural challenges present in the context of inclusive education, especially in the assistance provided to students with disabilities. This text is based on research by authors who contribute to theoretical understanding, assisting in applied classroom practice. The research primarily aims to answer the question: How does intercultural education contribute to pedagogical practice, considering public policies? Results: Through studies, projects, reflections, and research, it is evident that the debate on intercultural education is gaining prominence in Latin American societies. In this scenario, it is essential to promote interventions to ensure that government and academic community policy initiatives, in proposing degree courses, foster critical intercultural education capable of intervening in societal transformation and construction. Conclusion: Therefore, there is a need for pedagogical resources, teacher training to better serve students and connect with learning, as well as proper assessment of children.

Keywords: Teachers, formation, Interculturality

Introdução

Esta pesquisa é um estudo bibliográfico, que intenta servir como material de estudo para professores de alunos portadores de deficiências em fase escolar. O convívio com professores, ao lecionar com alunos do ensino médio durante vinte e três anos, motivou a busca de subsídios para o desenvolvimento desta pesquisa, por meio de leituras e eventos pedagógicos que abordam os desafios da interculturalidades/multiculturalidade existente no dia a dia de professores integradores, que necessitam, de certa forma, de acompanhamento não só da coordenação da escola, mas também da própria rede de ensino do Estado de Santa Catarina, uma formação continuada, que possibilite um melhor atendimento para os alunos com deficiência, bem como um suporte de material didático para auxiliar no desenvolvimento do material didático.

A reflexão acerca das possibilidades e desafios interculturais encontrados no trabalho pedagógico dos professores integradores, mais especificamente ao atendimento dos alunos do ensino médio, remete-nos aos estudos que buscam fatos que estão interferindo, ou modelos pedagogicamente ultrapassados que estão sendo seguidos. Por meio deste estudo, pretende-se encontrar respostas para sugerir aos professores soluções e melhorar o desenvolvimento e o convívio com a deficiência na aprendizagem dos conteúdos ensinados diariamente.

Também, busca-se contribuir com o dia a dia dos professores integradores no desenvolvimento das habilidades e competências, além de apresentar concepções de como podem elaborar ou readaptar atividades aos alunos que não acompanham a classe propriamente dita. Acredita-se que o professor que tem mais informação ou formação consegue ter mais clareza dos objetivos a serem atingidos, e consegue estabelecer uma relação mais agradável com o educando, no sentido de aprendizagem. Contagiar um aluno pode ser uma atividade que traga significados para a vida inteira, visto que a amplitude do saber pode promover e trabalhar com as habilidades, segundo a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (2014), que busca focar na formação continuada dos professores para o

ensino médio.

Como professora de linguagens da rede pública catarinense, percebo que para instaurar um movimento de interação entre escola e aluno, culturalmente falando, há necessidade de reunir a comunidade escolar em torno de projetos que sejam de seus interesses, fazendo com que a comunidade se sinta parte desse espaço. Assim, se faz necessário dar início à criação de uma política de interação no que diz respeito aos bons hábitos da cultura e na relação com o outro, visto que a escola acaba por definir sozinha seus objetivos, além de se colocar na condição de subalterna ao Estado, pois este é que determina o que deve ser feito e seguido. Diante disso, a escola pode não atingir seus objetivos, ou seja, manter uma boa relação com o aprendiz.

Em 2006, a UNESCO elaborou e publicou o "Guia da Educação Intercultural", onde apresenta três princípios fundamentais:

1. A Educação Intercultural respeita a identidade cultural do aluno, mediante a oferta de uma educação de qualidade para todos e culturalmente relevante;
2. A Educação Intercultural desenvolve em cada aluno o conhecimento cultural, as atitudes e as competências necessárias a uma participação ativa na vida da sociedade;
3. A Educação Intercultural garante a todos os alunos a aquisição dos conhecimentos, atitudes e competências que os capacitam a contribuir para o respeito, a compreensão e a solidariedade entre indivíduos, grupos étnicos, sociais e religiosos, e nações (UNESCO, 2006. p. 33).

Nesse contexto, parte-se do pressuposto de que a Educação Intercultural busca, não somente conhecer os diversos tipos de culturas, mas, principalmente, favorecer a construção da cidadania, partindo da dialética entre identidade e diferença, as diversidades de concepções existentes entre os diferentes autores e obras consultadas, que possibilitam observar diferentes formas organizativas da educação.

Essas diferentes formas organizativas despertam o interesse em buscar argumentos que ex-

plicitem e viabilizem a compreensão dessa dinâmica, ao ponto de ultrapassar o simples respeito à diversidade cultural e para responder ao questionamento sobre qual a importância dos estudos multiculturais para as questões relativas à escola? Sabendo da diversidade abrangente e do crescimento das diferenças que envolvem universalização das escolas, há a necessidade de descobrir alternativas de reencantar a educação como um novo olhar, um novo norte, objetivos mais concretos, pois o que se encontra é uma forma que está estagnada, escolas que parecem depósitos de alunos.

A formação inter/multicultural

A cultura é definida de várias maneiras. Como tal, foi definida como "o conjunto completo de sinais pelos quais os membros de uma sociedade reconhecem uns aos outros, enquanto os distinguem de pessoas que não pertencem a essa sociedade". Também foi vista como "o conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintivas de uma sociedade ou grupo social... (abrangendo), além de arte e literatura, estilos de vida, formas de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças." A cultura está no cerne da identidade individual e social e é um componente importante na reconciliação das identidades de grupo dentro de um quadro de coesão social. Ao discutir a cultura, faz-se referência a todos os fatores que moldam as maneiras de pensar, acreditar, sentir e agir de um indivíduo como membro da sociedade (UNESCO, 2006).

Conforme mencionado no documento oficial da 33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Paris, em 2005, a diversidade cultural é considerada uma característica fundamental da humanidade. Ela é reconhecida como um patrimônio compartilhado da humanidade, a ser apreciado em prol de todos. A Convenção destaca a relevância da diversidade cultural para a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, conforme declarado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e em outros instrumentos universalmente reconhecidos, como expresso em seu Artigo 4 (UNESCO, 2007).

Diversidade cultural” refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos

e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (UNESCO, 2007, p. 4).

No contexto educacional, Candau e Russo (2010) enfatizam que a formação intercultural não pode ser simplesmente reduzida a inclusão de alguns temas no currículo e no calendário escolar. Segundo Fleuri (2003), ela deve ser compreendida como um processo no qual os diversos participantes se relacionam de maneira complexa e profunda, conectando-se com diferentes contextos culturais, desenvolvendo suas identidades individuais e atribuindo significado à aprendizagem contextual.

Candau (2016) destaca que a interculturalidade crítica promove a conexão entre diversos indivíduos e grupos socioculturais em uma determinada sociedade, opondo-se a todas as perspectivas que enfatizam diferenças e assimilação. Ao mesmo tempo, rejeita uma visão essencialista das culturas e identidades culturais, entendendo que estão constantemente em processo de construção, desestabilização e reconstrução. Defende a ideia de que, nas sociedades atuais, ocorrem intensos processos de mistura cultural que influenciam na formação de identidades flexíveis, reconhecendo que as culturas não são puras nem estáticas. Considera os mecanismos de poder presentes nas relações culturais, reconhecendo que essas relações não são idealizadas, mas sim construídas ao longo da história, permeadas por conflitos de poder, preconceitos e discriminações de grupos socioculturais específicos. Uma última característica importante é que não separa as questões de diferença e desigualdade, que se manifestam de maneira especialmente conflituosa tanto globalmente quanto em diversas sociedades, incluindo a brasileira.

Nunes e Ramos (2018) acreditam ser importante destacar que o conceito de multiculturalismo engloba diversas interpretações e pontos de vista, conforme discutido por autores como McLaren (2000) e Ramos (2010, 2011, 2012, 2013). Hall (2003) também esclarece essa diversidade de perspec-

tivas.

Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há “multiculturalismos” bastante diversos:

- O multiculturalismo conservador segue Hume (Goldberg, 1994) ao insistir na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria.
- O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao mainstream, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado.
- O multiculturalismo pluralista, por sua vez, avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal.
- O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos.
- O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca “administrar” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro.
- O multiculturalismo crítico ou “revolucionário” enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (McLaren, 1997). Procura ser insurgente, polivocal, heteroglossa e antifundacional (Goldberg, 1994). E assim por diante. (Hall, 2003, p. 53).

E, de acordo com Freire (1992, p. 79), Nunes e Ramos (2018) percebem que a existência da multiculturalidade não é vista como algo que simplesmente acontece naturalmente, mas sim como algo criado, produzido politicamente, trabalhado com dificuldade ao longo da história, conforme sua

perspectiva.

A multiculturalidade não se constitui na justaposição de culturas, muito menos no poder exacerbado de uma sobre as outras, mas liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma à outra, correndo risco livremente de ser diferente, sem medo de ser diferente, de ser cada uma “para si”, somente como se faz possível crescerem juntas e não na experiência da tensão permanente, provocada pelo todo-poderosismo de uma sobre as demais, proibidas de ser (Freire, 1992, p. 79).

No contexto da formação de professores, Ramos (2007) salienta que o desenvolvimento de determinados conhecimentos e habilidades pode contribuir para uma intervenção mais eficaz no cenário intercultural, assim como na facilitação das relações humanas e interculturais. Isso inclui:

- Desenvolvimento de competências interculturais adaptadas aos diversos contextos de intervenção multicultural e à diversidade de grupos culturais.
- Formação que explique e promova a compreensão da diversidade cultural, bem como dos preconceitos e estereótipos socialmente construídos em relação a minorias e diferenças religiosas, sociais, étnico-culturais e de gênero. Isso visa abordar essas questões, combater estereótipos e preconceitos, e promover expectativas positivas em relação às minorias.
- Desenvolvimento de competências linguísticas, relacionais e de comunicação com alunos, famílias e comunidades.
- Um autoconhecimento mais aprofundado por parte dos profissionais, especialmente em relação às suas próprias identidades culturais, preconceitos, estereótipos e atitudes discriminatórias.
- Conhecimentos psicossociais e culturais sobre diferentes grupos culturais, assim como sobre as representações e estilos de aprendizagem.
- Uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos psicossociais e dos fatores socio-

políticos que podem levar à intolerância, rejeição e racismo.

A questão curricular na formação discente é outra preocupação presente na Proposta Curricular na Rede Pública de Ensino de Santa Catarina, iniciada em 1991, que destaca a transição entre o ensino tecnicista para um currículo que leva em conta a questão cultural (Thiesen et al., 2011):

Sustentada por essa matriz epistemológica no campo pedagógico, a Escola Pública de Santa Catarina vem buscando organizar sua ação educativa por intermédio de um currículo que deixa de ter função meramente técnica, para assumir as características de um artefato social e cultural; um currículo que está implicado em relações de poder, (...) que transmite visões sociais particulares e interessadas, (...) que produz identidades individuais e sociais particulares. (...) Que não é um elemento neutro transcendente e atemporal, (...) que tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Rosa e Paraquett (2014) ressaltam que a promoção da interculturalidade como um projeto político voltado para a intervenção, transformação e construção da sociedade deve ser incorporada nas práticas pedagógicas e nos currículos, especialmente nos currículos de formação de professores. Embora esse enfoque ainda não esteja amplamente presente nesses currículos, observa-se um aumento na produção de artigos, dissertações e teses que abordam questões interculturais na educação. Através de estudos, projetos, reflexões e pesquisas, fica evidente que o debate sobre essa formação intercultural está ganhando espaço nas sociedades latino-americanas. Diante desse cenário, torna-se crucial realizar intervenções que garantam que as iniciativas políticas dos governos e da comunidade acadêmica, ao propor cursos de licenciatura, promovam uma educação intercultural crítica capaz de intervir na transformação e construção da sociedade.

Como as escolas podem potencializar o respeito às diferenças no que diz respeito a organização do trabalho pedagógico?

Outra questão, além da formação, é de ordem pedagógica, pois há a necessidade de mudar o que está estabelecido e reinventar novos procedimentos que possam alcançar novos horizontes, se tratando de educação, visto que há uma cobrança de ordem burocrática, planejamento, preenchimento de sistema, mas por outro lado o pedagógico está sendo deixado de lado. Há necessidade urgente de melhorias no atendimento aos alunos que necessitam de olhares mais específicos quanto a aprendizagem, dificuldades na leitura, entendimento, relacionamentos, comportamentos e indisciplina, o que interfere diretamente na aprendizagem e desenvolvimento da formação humana. Já a formação no que diz respeito a qualificação dos professores, também deve ser urgente, principalmente aos professores que atendem os alunos deficientes. Segundo Rosa e Filipak (2019):

Todos somos sujeitos transformadores. Paulo Freire coloca o momento pedagógico como práxis social, e, assim, como construção de um mundo refletido com o povo. Em Paulo Freire, educação é conscientização, práxis sociais, ou seja, é um momento de reflexão radical, rigorosa e coletiva sobre a realidade. É um processo permanente porque a ação, depois de executada, deverá, novamente, ser refletida, com um novo projeto, há uma nova reflexão de forma contínua (Rosa e Filipak, 2019, p. 140).

Entretanto, as modificações abrangendo a globalização, novas tecnologias e meios de comunicação estão com uma velocidade muito aquém do que a maioria dos seres humanos pode absorver. A educação e o suporte pedagógico precisam estabelecer um diálogo que deem conta das mudanças que ocorrem, seja na economia, cultura, política, nas relações ou nas práticas do cotidiano.

Segundo Lira (2007),

[...] o multiculturalismo reconhece que cada povo e cada grupo social desenvolve historicamente uma identidade e uma cultura próprias. Considera que

cada cultura é válida em si mesma, na medida em que corresponde às necessidades e às opções de uma coletividade (Lira, 2007, p. 33).

Percebe-se que o conceito de multiculturalidade vai além do óbvio, pois procura superar as discriminações existentes no meio social. Porém, a sociedade, juntamente com a escola, não consegue lidar com os percalços da radicalidade das mudanças provocadas pela rapidez das novas tecnologias.

A construção do conhecimento pode ser um processo que exige do sujeito a definição de relações com os outros, ou seja, a identidade, a multiculturalidade e a interculturalidade se dão por meio da relação com o diferente. Essa relação é de extrema importância na área da pedagogia e educação, onde professores devem abordar discussões dentro de sala de aula para criar um ambiente que possa integrar as diferenças culturais e, assim, despertar problematizar como estabelecer laços de convívios culturais.

De acordo com Ramos (2013), a abordagem intercultural, em termos metodológicos, caracteriza-se por ser global, plural, multidimensional e interdisciplinar, a fim de abordar as dinâmicas e a complexidade dos fenômenos sociais e evitar processos de categorização. Para o pesquisador, educador ou interveniente, é essencial se familiarizar com o contexto social em que trabalha, compreender as representações que o orientam e refletir de maneira crítica, não apenas sobre a cultura do outro, mas, primariamente, sobre sua própria cultura.

Freire (2003), em seus discursos, incansavelmente procurou ressaltar com muita consciência de que na escola é lugar de ensinar a “pensar certo”, a “tolerar” e a cultivar o “respeito pelo outro”. Dessa forma, onde há um valor significativo pelo ser humano, independente em que situação esteja e a que tipo de cultura se afina, deve-se considerar a dimensão do contexto em que se encontra na esfera global e social. Assim deve-se questionar a que tipo de currículo que as escolas devem seguir.

Radeck (2011) ressalta que:

A existência de pessoas diferentes constituindo diferentes regiões, estados e países mostra a complexidade desse tema inserido como diversidade cultural

humana, onde é possível identificar aspectos contraditórios como a aceitação das diferenças, com respectiva troca de conhecimento como também a não aceitação, ou seja, destruição cultural, a predominância do mais forte e a instalação de posturas pautadas no preconceito e na discriminação. Essa diversidade cultural pode estabelecer entre si, uma relação de troca, que por vezes se mostra como relação abstrata muitas vezes imperceptível e em outras circunstâncias como relação objetiva e concreta (Radeck, 2011, p. 27).

A autora complementa, afirmando que “a compreensão e aceitação dessas inúmeras diferenças existentes entre os mais diversificados grupos sociais humanos que promovem o que se convencionou nominar como interculturalidade” (Radeck, 2011, p. 27).

A escola precisa reconhecer que atende inúmeras identidades, escolhas e aceitação, e há que se fazer uma mudança de construção de consciência da própria identidade cultural para manter uma relação de troca cultural entre comunidade escolar e o projeto político pedagógico.

Percebe-se que tudo se baseia no princípio de que o direito à educação é para todos, mas é necessário que se tenha conhecimento das diferenças referentes às deficiências e dificuldades de aprendizagem. A partir do momento que a escola tem conhecimento/informações sobre os assuntos, o processo de inclusão será facilitado e para que os alunos se sintam incluídos, precisam estar incluídos em todas as atividades e eventos escolares.

É importante pensar que o primeiro pilar mais importante da educação, no que se refere aos alunos, é que a educação é um direito a todos, sem distinção de qualquer forma que o aluno venha apresentar. A inclusão e direitos humanos se pautam em três pilares, que são eles: Acesso à escola, permanência e aproveitamento. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015) é a normativa que institui a obrigatoriedade de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). A inclusão, com certeza, é um dos pontos principais que garante o acesso das crianças, e até mesmo dos adultos, que precisam da escola e do olhar humano, bem como a escola sendo o primeiro acesso das crianças com aprendizagem.

No Estado de Santa Catarina, o documento “Currículo do Território Catarinense” destaca a

importância da equidade no processo de inclusão escolar:

A equidade, nesse contexto da inclusão escolar, visa, essencialmente, a garantia da justiça curricular aos estudantes que, no decorrer de seus percursos de escolarização, ficaram excluídos dos processos de ensino e de aprendizagem. Resgatar a dignidade e o direito a educação de todos requer, fundamentalmente, a ampliação de recursos e de qualidade na efetivação das aprendizagens dos estudantes, formação continuada e permanente aos profissionais da educação, a criação de uma cultura escolar mediada pelo trabalho colaborativo entre os educadores e os gestores, com a corresponsabilidade de viabilizar a integração da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico da unidade educativa. Requer, também, que as instituições educativas no território catarinense assumam o compromisso com a escolarização da diversidade escolar e promovam a equidade das práticas curriculares com base na diferenciação curricular, integrada aos componentes curriculares das áreas do conhecimento, compreendida como justiça curricular, além de contemplar o desenho universal de aprendizagem (DUA), com a finalidade de ampliar as alternativas e as possibilidades de estratégias de aprendizagens por meio de adequação, de adaptação, de flexibilização e de diversificação curricular, em articulação com os profissionais do atendimento educacional especializado (Santa Catarina, 2014).

Incluir todas as crianças na escola significa ter uma boa relação entre a instituição educacional e os alunos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas, entre outros. Requer, também, superação de obstáculos importantes, tais como limitações do sistema regular de ensino, recursos humanos e recursos pedagógicos e físicos. Ainda, Segundo Assmann (1998 apud Rodrigues, 2018, p. 16), “reencantar a educação significa colocar a ênfase numa visão da ação educativa como ensinamento e produção de experiências de aprendizagem.”

Segundo Assmann (2000 apud Henriques, 2003, p. 52), “o novo insight básico consiste na equiparação radical entre processos vitais e processos cognitivos. Não há verdadeiros processos de

conhecimento sem conexão com as expectativas e a vida dos aprendizes”. Necessita-se, portanto, de recursos pedagógicos, formação para professores de que se possa atender melhor os alunos e conexão com a aprendizagem, além de avaliar as crianças com propriedade.

Considerações finais

Percebe-se ser de extrema importância a qualificação desses profissionais, com vistas ao estabelecimento de um convívio de aprendizagem diária com os alunos, buscando melhorar o desenvolvimento do aprendiz discente. Nesse sentido, os docentes necessitam, ainda, aprofundar o conhecimento no sentido de reelaborarem atividades para despertar prazer na aprendizagem com mais qualidade e que contemple a “todos”, segundo as suas capacidades e realidades. Isso remete, intuitivamente, à busca de entendimento das dificuldades interculturais diárias que os professores integradores enfrentam no decorrer de suas jornadas laborais.

Os profissionais de educação precisam buscar novos cursos e saberes relacionados a multiculturalidade, permitindo, assim, a possibilidade de maior entendimento na resolução dos problemas encontrados no dia a dia da vida escolar. Assim, dessa forma, assegurar uma educação que atenda as expectativas dos alunos bem como de toda a comunidade escolar.

Embora a escola seja um espaço de construção de conhecimento, cada pessoa possui uma cultura específica, que traz da sua singularidade de dentro dos seus lares, famílias e de suas vivências. Sendo assim, faz-se necessário a presença dos estudos multiculturais nos currículos da escola afim de mudar hábitos já pré-estabelecidos e desmotivadores que cultivam valores e princípios ultrapassados ,e assim, nesse sentido, conceituar multiculturalidade requer promover o respeito às diferenças e cultivá-la no intuito de aprofundar o conhecimento multicultural existente entre outras culturas que estão em movimento. Entende-se ser necessária, ainda, a elaboração e aplicação de novas políticas públicas que deem conta de melhorar a qualidade da educação.

Referências bibliográficas

Brasil. Presidência da República. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, acessado em janeiro de 2024. [Online]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

Caldas RFL and Hübner MMC. (2021). “O desencantamento com o aprender na escola: o que dizem professores e alunos”. *Psicologia: Teoria e Prática*, 3 (2), 71-82. Acessado em janeiro de 2024, disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1091>.

Candau VM. (2016). "Ideias-força do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a Educação Intercultural". *Educação em Revista*, 32 (1), 15–34.

Candau VM. (2002). “Sociedade, educação e cultura(s): questões e proposta”. Petrópolis: Vozes.

Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. (2014). “Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral da Educação Básica”. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação.

Faria ET. (2002). “Interatividade e mediação pedagógica na educação a distância”. 2002. 214 f., il. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Acessado em janeiro de 2024, disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3551>.

Freire P. (2003). *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire.

Freire P. (1992). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Henriques SMO. (2003). “O paradigma de relações entre o adolescente e as tecnologias”. 96 f., il. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Acessado em janeiro de 2024, disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/86019/225208.pdf?sequence=1>.

Lira WM. (2007). “O multiculturalismo e a aprendizagem de línguas estrangeiras”. Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE, 1 (1). Acessado em janeiro de 2024, disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2007/1/o_multiculturalismo_e_a_aprendizagem_de_linguas_estrangeiras.pdf.

Nunes IML e Ramos MNP. (2018). “Maria Natália Pereira. Formação Docente e Multi/ Interculturalismo: Algumas Reflexões”. Linguagens, Educação e Sociedade, 23, ed. esp., 180- 198.

Radeck E. (2011). “Interculturalidade: um desafio para a educação escolar indígena”. 76 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. Acessado em janeiro de 2024, disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/DS/2011/347661_1_1.pdf.

Ramos N. (2013). Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. In: Pina H, Martins F. e Ferreira C. “Grandes problemáticas do Espaço Europeu: estratégias de (re)ordenamento territorial num quadro de inovação, sustentabilidade e mudança”. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Acessado em janeiro de 2024. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12349.pdf>.

Ramos N. (2007). “Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos”. Revista Portuguesa de Pedagogia, 41 (3), 223-244.

Rodrigues IS. (2018). “O papel da ludicidade no ensino de geografia: limites e possibilidades”. 67 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. Acessado em janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2018/11/Irani-dos-Santos-Rodrigues.pdf>.

Rosa SRBO e Filipak ST. “Paulo Freire: educação como transformação social”. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 6 (12), 131-141. Acessado em janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/paulo-freire>.

Thiesen JS, Staub JR e Maurício WD. (2011). “Proposta Curricular de Santa Catarina: abordagem histórico-política sobre sua constituição”. Educação: Teoria e Prática, 21 (37), 113- 134.

UNESCO. (2007). “Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, Acessado em janeiro de 2024. [Online]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_protecao_promocao_diversidade_das_expressoes_culturais_2005.pdf.

UNESCO. (2006). “Guidelines on intercultural education”, acessado em janeiro de 2024. [Online]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147878>.

